

Retomando conceitos inspiradores à inserção internacional do Brasil: Mackinder e a atual conjuntura mundial¹

DOI: [10.29327/2283050.14.4-6](https://doi.org/10.29327/2283050.14.4-6)

Nelson Marinho de Bastos Júnior²

Selma Lúcia de Moura Gonzales³

Resumo

Este artigo analisa a validade das teorias Geopolíticas de Mackinder na atual ordem mundial. A releitura dessas teorias enseja três eixos norteadores de análise: a importância da geografia física na definição do poder do Estado; o uso da tecnologia como instrumento para se reestruturar o espaço geográfico, potencializando-o, e as capacidades e as ações estatais para se construir o equilíbrio de poder. Dessa forma, o estudo considerou que as teses do geógrafo inglês ainda apresentam elementos de análise sugestivos à geopolítica atual. Por essa razão, verificou-se que os conceitos ratificados podem contribuir para possíveis inspirações à inserção do Brasil no concerto das nações.

Palavras-chave: Teoria Geopolítica, Mackinder, Inserção Internacional do Brasil.

Retomando conceptos inspiradores para la inserción internacional de Brasil: Mackinder y la coyuntura mundial actual

Resumen

Este artículo analiza la validez de las teorías geopolíticas de Mackinder en el orden mundial actual. La relectura de estas teorías da lugar a tres ejes rectores de análisis: la importancia de la geografía física en la definición del poder estatal; el uso de la tecnología como instrumento para reestructurar el espacio geográfico, mejorándolo, y las capacidades y acciones estatales para construir el equilibrio de poder. Así, el estudio consideró que las tesis del geógrafo inglés todavía presentan elementos de análisis sugestivos de la geopolítica actual. Por esta razón, se verificó que los conceptos ratificados pueden contribuir a posibles inspiraciones para la inserción de Brasil en el concierto de naciones.

Palabras clave: Teoría Geopolítica, Mackinder, Inserción Internacional de Brasil.

Resuming inspiring concepts to the international insertion of Brazil: Mackinder and the current world conjuncture

Abstract

This article analyzes the validity of Mackinder's geopolitical theories in the current world order. The rereading of these theories gives rise to three guiding axes of analysis: the importance of physical geography in the definition of state power; the use of technology as an instrument to restructure the geographical space, enhancing it, and the capacities and state actions to build the balance of power. Thus, the study considered that the theses of the english geographer still present elements of analysis suggestive of current geopolitics. For this reason, it was verified that the ratified concepts can contribute to possible inspirations for the insertion of Brazil in the concert of nations.

Keywords: Geopolitical theory, Mackinder, International Insertion of Brazil.

¹Este trabalho é parte de uma pesquisa desenvolvida no Curso de Altos Estudos em Defesa, da Escola Superior de Defesa.

²Historiador (UFMG) e Mestre em Ciências Militares (ECEME). Coronel do Exército Brasileiro.

³Doutora em Geografia Humana (USP) e Mestre em Gestão do Espaço Regional (UnB). Professora na Escola Superior de Defesa.

Introdução

Em 25 de janeiro de 1904, o geógrafo inglês Halford John Mackinder proferiu uma palestra na Sociedade Real de Geografia, em Londres, cujo título foi *The Geographical Pivot of History* (MELLO, 1999; FERNANDES, 2003). Segundo Fernandes (2003, p. 234), tal trabalho “é generalizadamente considerado o principal texto fundador do discurso geopolítico moderno”, embora “curioso notar no mesmo, a ausência da palavra Geopolítica”. Esse pitoresco detalhe captado pelo citado autor não é a única controvérsia que gravita ao redor das premissas em estudo.

Outra polêmica reside na opinião crítica quanto ao legado mackinderiano. Talvez, uma das mais duras seja a de Kearns (2009, p.VIII). Ele afirma que o modelo de pensamento de Mackinder configura o mundo como um campo de força sobre o qual os Estados lutam pelo poder, relacionando-a aos Realistas das Relações Internacionais e aos Neoconservadores. Além disso, liga tal pensamento ao imperialismo. Com o mesmo enfoque, Aron (1986, p. 268 apud MELLO, 1999, p. 20), diz que Mackinder “parece ter tido a pior das sortes para o conselheiro do príncipe: foi ouvido pelos estadistas e ignorado pelos acontecimentos”, apontando, claramente, que as ideias do geógrafo inglês apenas serviram como instrumentalização de poder, contudo, sem alcançar os benefícios que ela prometia. Mladineo (1996, p. XIX) nos diz que outros críticos acusam Mackinder de determinismo, de possuir um discurso inadequado, de atribuir um poder exagerado ao *Heartland*, de não considerar os EUA e a América do Norte em suas formulações⁴.

Entretanto, outros autores observam o legado do geógrafo inglês de forma positiva. Mello (1999) aponta que apesar das mencionadas críticas, Aron incorporou aspectos essenciais da teoria mackinderiana para interpretar certos aspectos da política e do poder. O mesmo movimento fez Spykman, ao assimilar o conceito de Ilha Mundial, *Inner Crescente* e de *Heartland*, ainda que com um olhar diferente (MLADINEO, 1996, p. XIX). Parker⁵ (1982 apud MLADINEO, 1996, p. XIX), em seu livro *Mackinder: Geography as an Aid to Statecraft*, afirma que frequentemente os críticos de Mackinder não o analisaram com a devida profundidade. Por vezes, interpretaram mal as suas teses, ou simplesmente repetiam aquilo que outros pensadores inferiram a respeito delas.

⁴Resumo das ideias expostas por Stephen V. Mladineo na introdução ao livro “*Democratic Ideals and Reality*”, constante da referência.

⁵“Often the critic has misinterpreted or misunderstood what Mackinder wrote; commonly, he appears to have read very little of Mackinder, or is merely repeating the allegations of others”. (PAKER, 1982 apud MLADINEO, 1996: XIX).

O fato é que tal teoria foi concebida há mais de cem anos. Por isso, é razoável inferir que as atuais relações internacionais diferem daquelas observadas pelo aludido geógrafo e seus debatedores. Dessa forma, seria válido supor que a teoria mackinderiana estaria ultrapassada, não podendo ser aplicada para explicar as relações internacionais da atualidade. Porém, segundo Mello (1999, p. 24): “é possível que o pensamento do geógrafo britânico não esteja de todo ultrapassado pelas realidades emergentes do pós-Guerra Fria”.

Considerando essa hipótese, formula-se o seguinte problema: em que medida o pensamento geopolítico de Mackinder pode ser aplicado para interpretar a atual ordem mundial e a atuação geopolítica do Brasil no sistema internacional? Decorrente disso, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a teoria geopolítica de Mackinder e identificar possíveis contribuições para inspirar a inserção internacional do Brasil.

Este artigo se estrutura em duas partes: uma discussão sobre os principais conceitos da teoria geopolítica de Mackinder e o contexto histórico no qual foi formulada e a atuação do Brasil no atual sistema internacional, seguindo as premissas extraídas nos conceitos da teoria de Mackinder.

1. Os principais conceitos da teoria geopolítica de Mackinder

Mackinder apresentou suas teses em três versões. Conforme afirma Martins (1996, p. 56), o geógrafo inglês modificou ao longo do tempo as suas ideias, embora tenha mantido constante a oposição “poder naval x poder terrestre” e o conceito de *Heartland*. Analisando-as por um prisma mais geral, Mello (1999, p. 27) expõe que o geógrafo inglês transpassa a sua teoria por uma concepção histórico-geográfica.

A primeira versão do pensamento de Mackinder foi apresentada em 1904, por meio de seu artigo intitulado *The Geographical Pivot of History* (FERNANDES, 2003). Mackinder defendeu a tese de que o início do século XX marcou o fim da era Colombiana e o começo de um novo tempo, no qual pela primeira vez se encontraria um sistema político fechado⁶ de alcance mundial. Nessa nova conjuntura, os acontecimentos locais passariam a ter influência em todo o globo (MACKINDER, 2010, p. 304). Mackinder percebeu este fato, extraíndo-o da observação do seu presente, enquanto a maior parte dos europeus estava agarrada ao passado.

⁶De maneira geral, Mello (1999, p. 28), interpretando Mackinder, define sistema político fechado como uma característica da era pós-colombiana, na qual não havia mais oceanos ignotos a explorar, terras desconhecidas, tampouco continentes a conquistar.

A teoria de Mackinder subordinava a história da Europa à da Ásia, quando considerou que a geografia facilitou as invasões asiáticas ao Velho Continente ao longo dos séculos. Assim sendo, a civilização europeia foi um produto da luta contra essas agressões⁷, o que contrastava com a mentalidade de centralidade europeia, em voga à época. Ademais, estabeleceu mudanças de visão a respeito do espaço geográfico. Em primeiro lugar, define o limite sul da Europa como o Saara e não mais o Mediterrâneo (MACKINDER, 2010, p. 310). Em segundo, desloca o mapa da Europa para oeste, classificando-a como região periférica da Eurásia: uma península⁸. Assim sendo, a Eurásia era uma massa territorial com uma extensão de 54,4 milhões de km² que englobava oceanos e mares, e com uma geografia física extremamente favorável ao movimento militar, por onde cavaleiros nômades, no passado, invadiram a Europa.

Havia uma área principal em parte dessa massa continental, denominada de coração continental ou área pivô, que correspondia à Rússia czarista, cuja característica marcante era ser inacessível pelo oceano em razão da conformação de sua geografia física, entre elas a de não possuir rios que possibilitassem a entrada de uma força naval em seu interior (MACKINDER, 2010, p. 312). Dessa forma, constituía-se uma fortaleza. Ao redor dessa área central, encontravam-se regiões marginais, uma interna e outra externa, em forma de uma lua crescente que é acessível ao poder marítimo. A primeira área, chamada de “cinturão interior” (*inner crescente*), englobava Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China. A segunda, denominada de “cinturão exterior” (*outer crescente*), abrangia Inglaterra, África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Canadá e Japão. (MACKINDER, 2010, p.316).

Dentro da área interna, localizava-se também o canal de Suez, visto como um ponto fraco do poder marítimo, pois ele divide o acesso aos mares, ficando a China e a Índia de um lado e o Mediterrâneo de outro. Portanto, era um ponto que dificultava aos navios de guerra a pressionar o poder terrestre, que assim tinha uma liberdade estratégica no interior da área pivô (MACKINDER, 2010, p.313). Dessa forma, atribuiu à passagem do cabo da Boa Esperança como um fato extraordinário, pois permitiu neutralizar o istmo de Suez unindo o Mediterrâneo ao Índico. Em outra mudança de concepção espacial,

⁷Para Mello (1999, p.33), a concepção de Mackinder de sistema fechado, ou seja, “a consciência de uma ordem mundial planetária”, permitiu que ele elaborasse a ideia de história universal baseada na causalidade geográfica.

⁸Conforme Mello (1999, p. 42), a reelaboração da centralidade da Europa ocorre em três frentes: 1) historicamente: processo histórico europeu deixa de ser visto como endógeno; 2) geograficamente: a Europa como península da Eurásia; 3) cartograficamente: contraria a Projeção de Mercator, pois a centralidade passa a ser a da área pivô.

Mackinder afirma que o oceano é único e contínuo, criticando o entendimento de Mahan sobre esse tema (MACKINDER, 2010, p. 314).

Contudo, a grande preocupação de Mackinder é com o equilíbrio de poder europeu. Como visto, a Grã-Bretanha era a mantenedora da ordem europeia, graças à sua Marinha. O geógrafo inglês constatou que a era Colombiana, período de quatrocentos anos, que se inaugura com as grandes navegações e vai até o início do século XX, foi o momento áureo do poder marítimo. Porém, considerou que estava havendo uma revolução tecnológica nos transportes que poderia modificar tal situação. Também, em sua avaliação, as ferrovias permitiriam deslocamentos mais eficientes de mercadorias por terra do que por navios, bem como o transporte de um número elevado de soldados e de meios com maior rapidez. Por conseguinte, caso o Estado pivô interligasse sua porção continental por modernos meios de comunicação e transporte ferroviário, desenvolveria a sua economia, graças aos seus fartos recursos, o que lhe daria a base material para constituir uma Marinha de Guerra forte. Enfim, o poder terrestre obteria vantagem estratégica sobre o marítimo, uma vez que se converteria em poder anfíbio, com o qual construiria um império em âmbito mundial (MACKINDER, 2010, p. 314).

Além disso, no texto de Mackinder a palavra equilíbrio aparece seis vezes. As duas primeiras ocorrências do termo aparecem ao final, onde Mackinder esboça a necessidade de existir um contrapeso de poder para se anular o Estado Pivô (Rússia) por meio de aliança com a França. Descarta a possibilidade dos EUA intervirem no equilíbrio europeu, classificando Washington entre as potências orientais, justificando essa premissa pela construção do canal do Panamá, que demonstrava que os estadunidenses depositavam sua atenção no Pacífico (MACKINDER, 2010, p. 316).

A segunda versão é apresentada após a 1ª Grande Guerra Mundial, em 1919, por meio de sua obra *Democratic Ideals And Reality: A Study In The Politics Of Reconstruction By The Right Honourable*. Mackinder manteve a premissa da existência de uma área cujo domínio permitiria o controle mundial, contudo trouxe um novo conceito: o de Ilha do Mundo, composta pela África e pela Eurásia (MACKINDER, 1996 [1942], p. 45). Em torno dessa área gravitavam seis Ilhas (América Norte, América do Sul, Inglaterra, Austrália, Japão, Indonésia) (MACKINDER, 1996 [1942], p. 48). A área Pivô com a extensão ligeiramente modificada, passou a ser denominada de *Heartland*, definindo por uma zona territorial extensa, que abrange o Leste da Europa e as planícies da gelada Sibéria (MACKINDER, 1996 [1942], p.48). Ademais, apresentou a tese realista de que a

democracia deveria ser conquistada não por ideais e princípios como queria Wilson⁹ com a criação da Liga das Nações.

Em consequência da Iª Guerra Mundial, vem à tona mais uma vez a visão de Mackinder a respeito do equilíbrio de poder e de sua manutenção. O contexto da negociação após a I Guerra Mundial talvez o tenha estimulado a cunhar o seu famoso corolário: “quem domina o leste da Europa, domina o *Heartland*. Quem domina o *Heartland*, reina na Ilha do Mundo. Quem domina a Ilha do Mundo governa o mundo inteiro.¹⁰” (MACKINDER, 1996 [1942], p. 106, tradução nossa). Em outro trecho, expressa essa questão da seguinte forma: “para evitar problemas no futuro, não se pode aceitar agora qualquer resultado da guerra que não resolva definitivamente a questão entre alemães e eslavos na Europa Oriental.¹¹” (MACKINDER, 1996 [1942], p. 106, tradução nossa).

A terceira versão foi elaborada em 1943 e apresentada em um artigo intitulado *The Round World and the Winning of Peace* publicado pela *Foreign Affairs* (ARON, 2002, p. 265), na qual reforça os mesmos pontos constantes nas duas versões anteriores. Mackinder afirma que o continente americano teria potencialidade de equilibrar a capacidade continental da potência terrestre instalada no *Heartland*. Para tanto, a potência naval dos EUA teria que manter a capacidade de intervir na Europa e participar de uma aliança abrangendo o seu poder marítimo e recursos; onde a Grã-Bretanha se constituiria em um aeródromo e a França uma cabeça de ponte no continente europeu. Assim, haveria um novo Centro de poder no Atlântico Norte: *Midland*. Dessa forma, propõe uma articulação semelhante à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), antes de sua formulação oficial (MARTINS, 1996, p. 56).

Assim, conclui-se que Mackinder, tentando compreender precisamente a conjuntura de sua época, adaptou a sua teoria conforme a evolução dos acontecimentos, mantendo constantes os conceitos básicos e o pano de fundo no qual a oposição entre potências

⁹O presidente Wilson aceita, quando diz que devemos fazer do mundo um lugar seguro para as democracias. Isso não foi considerado na Câmara dos Comuns britânica, quando ministros responsáveis se orgulharam do fato de que, exceto no que diz respeito à força defensiva da Marinha, não estávamos preparados para a guerra. O democrata pensa em princípios, sejam eles - de acordo com sua idiossincrasia - ideais, preconceitos ou leis econômicas. O organizador, por outro lado, planeja a construção e, como um arquiteto, deve considerar o terreno para suas fundações e os materiais com os quais construirá”. (MACKINDER, 1996 [1942], p. 17 -18, tradução nossa).

¹⁰“*Who rules East Europe commands the Heartland: Who rules the Heartland commands the World-Island: Who rules the World-Island commands the World*”. (MACKINDER, 1996 [1942]: p. 106).

¹¹“*Unless you would lay up trouble for the future, you cannot now accept any outcome of the war which does not finally dispose of the issue between German and Slav in East Europe*”. (MACKINDER, 1996 [1942], p.106).

terrestres e marítimas marcava a disputa de poder e condicionava a segurança do planeta. Tal esforço demonstra a existência de uma flexibilidade no pensamento mackinderiano. Tudo isso, ao lado de uma consistente análise histórica-geográfica, permitiu ao erudito geógrafo inglês se antecipar aos fatos que levaram à Iª Guerra Mundial e o equilíbrio de poder engendrado após a IIª Guerra Mundial. Tais fatos demonstram a robustez de suas formulações especialmente as suas contribuições para a geopolítica no tocante ao estudo do equilíbrio de poder e ao pragmatismo defendido para a construção da paz, as quais serão resumidas para fins deste trabalho em três premissas.

A primeira é a influência dos fatores geográficos na configuração do poder, os quais determinam a natureza terrestre ou marítima de um Estado, bem como sua capacidade de projeção. A segunda está no fato de que este poder pode ser despertado ou ampliado. No caso específico, a importância atribuída à tecnologia, que em sua época se traduzia no transporte ferroviário, que interconectando territórios rico em recursos, transformaria o espaço e, por conseguinte, obteria a base material, para que uma potência terrestre se tornasse uma potência anfíbia. A terceira reflete a manutenção do equilíbrio e da segurança do globo, inerente à ordem vestfaliana. Dessa última, depreende-se que a sua intenção era alertar para a possibilidade da fratura do sistema internacional caso a Rússia (*Heartland*) ou a Alemanha (na Europa central), se convertesse em poder anfíbio.

4. Os conceitos da teoria de Mackinder e a inserção do Brasil na ordem mundial

Nesta seção serão identificadas as características do território nacional e suas implicações para a configuração do poder brasileiro, seguindo a ótica de Mackinder. Posteriormente, analisamos as iniciativas que o país vem adotando para atuar nas esferas regional e internacional e os desafios para a projeção do poder geopolítico do Brasil.

O território nacional possui 8.510.418 milhões de KM², - o 5º maior país do mundo em extensão - e uma população de aproximadamente 203 milhões de habitantes (IBGE, 2023) - a 6ª maior do planeta. Essa base física é rica em recursos minerais, biodiversidade e água doce. Faz fronteira com nove países e um território ultramarino (Guiana Francesa), que perfaz um perímetro de 16.866 quilômetros. Consoante com as ideias de Mackinder, em uma visão rápida, a presença desses fartos recursos, aliado à imensidão continental brasileira descrita, poderia fazer do Brasil um coração continental (*Heartland*) e, por conseguinte, um poder terrestre respeitável, porém, a configuração geográfica do litoral brasileiro permite que um poder marítimo exterior acesse grande

parte do país. Além disso, os rios das bacias do Amazonas e da bacia Paraguai-Paraná proporcionam acesso ao seu interior. As cadeias de montanhas, que se encontram a oeste das planícies litorâneas e cobrem de norte a sul o país, protegendo a região central, são formações antigas, ou seja, não muito elevadas, e por isso não se constituem hoje obstáculos de difícil transposição. Ademais, o imenso planalto central é um grande corredor que facilita a passagem, permitindo a chegada até a porção oeste e noroeste do território nacional.

Diante dessas considerações, pela ótica da primeira tese resgatada de Mackinder, que é a influência dos fatores geográficos na configuração do poder, é possível depreender, em primeiro lugar, que o Brasil não tem as características de *Heartland*, por não ser inexpugnável a um poder marítimo. Talvez por isso, Mário Travassos tenha considerado a Bolívia como área pivô do subcontinente sul-americano¹². Em segundo lugar, a geografia física brasileira confere ao país destacado peso geopolítico em razão dos vastos recursos presentes em seu território, quer seja na área continental, quer seja na região marítima. A terceira, decorrente das duas anteriores, nos permite afirmar que o Brasil tem a vocação para uma potência anfíbia.

A segunda tese mackinderiana revela que o potencial geográfico deve ser despertado pela transformação do espaço pela tecnologia, pela qual o território deve ser interconectado por meio de um sistema de transporte e meios de comunicação. Nos anos 1930, de forma semelhante, Travassos (1935 apud VLACH, 2003, p. 03) considerava que o país aumentaria sua projeção no continente caso interligasse a sua base física por meio de um sistema de transporte bem projetado, o que influenciou ações no governo Vargas nesse sentido.

Assim, Silva (2019) aponta que as políticas para o desenvolvimento do território ganham escala a partir dos anos 30, quando o governo Vargas tenta empreender uma política de integração com o objetivo de ocupar as áreas vazias e a conexão destas com o núcleo geopolítico do país. A partir da Nova República, outras iniciativas com objetivos semelhantes foram adotadas como foi o caso do plano de metas de Juscelino, o Iº Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) do governo militar e, no século XXI, os arranjos produtivos locais (SILVA, 2019).

¹²Travassos assinala ainda que as bacias hidrográficas do Amazonas (grosso modo sob o controle do Brasil) e do Prata (grosso modo sob o controle da Argentina), essenciais à penetração do interior da América do Sul, atingem o Planalto boliviano, conferindo-lhe o caráter de pivô geográfico. Compreende-se, assim, porque o autor considera a Bolívia "o centro geográfico do continente". (TRAVASSOS, 1933 [1931], p. 64 apud VLACH, 2003, p. 03).

Infere-se dessa explanação que a articulação do território nacional, por meio de transporte (rodovia) e sistemas de comunicações, tendo como marco inicial a era Vargas e realizada pelos sucessivos governos, contribuiu para gerar transformações socioeconômicas no Brasil. Assim, aplicando-se a referida tese mackinderiana para interpretar as consequências dessas ações governamentais, apesar dos percalços sociais decorrentes, ela foi responsável pela aquisição da base material para sustentar o crescimento econômico e elevar a importância geopolítica do Estado brasileiro, de forma que o país está entre as economias mais dinâmicas do planeta. Contudo, resta uma pergunta: em que pese esse avanço infraestrutural e econômico, o Brasil se tornou uma potência anfíbia, o que confirmaria a premissa de Mackinder ora em análise?

A articulação do território nacional e o desenvolvimento de uma base material resultante não foram suficientes para que o Estado brasileiro conseguisse desenvolver plenamente o seu poder militar. Assim, percebe-se que o país não obteve êxito em amplificar a sua capacidade bélica, porque se ressentiu de tecnologia e de investimentos no setor de defesa. Na mesma direção, Penha (2012, p. 117) expôs que nos anos 70 não foram adotadas políticas para o fortalecimento do poder marítimo. Ainda no que se refere ao poder naval, afirma que apesar do Brasil estar bem equipado para atuar em suas águas jurisdicionais, “a Marinha brasileira ainda não conseguiu desenvolver capacidade oceânica, ou seja, tornar-se uma força naval capaz de projetar poder e de dissuadir forças hostis no âmbito de toda a bacia do Atlântico Sul”. (PENHA, 2012, p. 126).

Os motivos políticos, econômicos e sociais que causaram a falta de aplicação de recursos na área de defesa não são escopo desse trabalho. O fato é que, para Silva (2012) e Penha (2012), infere-se que o Brasil não desenvolveu um poder terrestre nem marítimo proporcional ao seu potencial geopolítico. Logo, não se converteu em poder anfíbio. De modo algum isso invalida Mackinder, pois para o caso brasileiro o fim não foi alcançado porque, na conjuntura observada, justamente não foi plenamente aplicada a tese mackinderiana.

Para avaliar a terceira tese de Mackinder, no tocante as articulações para se alcançar o equilíbrio de poder, recorre-se a Vinentini (2013 apud COSTA 2019, p. 23), o qual afirma que o Brasil deu “um notável salto na sua projeção internacional – política externa, cooperação econômica e investimentos produtivos”. Isso ocorreu não somente na esfera regional, mas também na global, com articulações bem-sucedidas na África e

Caribe. Destaca também, a criação do BRICS¹³. Segundo Cardoso Junior (2013 apud SILVA, 2019, p. 94) na “esfera geopolítica, na primeira década do século XXI o Brasil adotou um discurso, com o qual demonstrava uma pretensão de adotar uma inserção ativa nos âmbitos político e cultural, além da esfera econômica”. Nesse panorama, destaca-se a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)¹⁴, que foi incorporada em 2009 pela UNASUL¹⁵ com o nome Cosiplan¹⁶ (IIRSA, 2011 apud COSTA, 2019).

Assim, é possível verificar que o Brasil envida esforços no sentido de construir parcerias, tanto na esfera regional quanto na internacional para ampliar o seu poder geopolítico e a atuação em diversos fóruns. O que está por trás disso é que o Estado brasileiro busca atuar no sistema internacional contribuindo para a construção de uma “multipolaridade benigna¹⁷” e valorização do “pluralismo democrático” (AMORIM, 2011, p. 266).

Em resumo, baseando-se nos citados autores, das alianças e projetos que o Brasil construiu no âmbito regional, destacam-se a IIRSA (Cosiplan), o Mercosul e a OTCA. Tanto em Becker (2004), quanto em Costa (2009), fica implícito o papel de coordenador do Brasil nesses arranjos. Nesse sentido, conforme sugeriu Travassos, o poder regional brasileiro seria validado pelo seu “papel coordenador¹⁸” em razão de seu potencial

¹³BRICS é um acrônimo para o bloco formado inicialmente por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em 2023, Arábia Saudita, Argentina, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irã passam a integrar o BRICS.

¹⁴“Lançada em 2000, a IIRSA, fundada na retórica do ordenamento territorial e do desenvolvimento regional subcontinental, congrega os 12 países independentes da América do Sul com o objetivo de superar os obstáculos logísticos e de infraestrutura física da região por meio de investimentos nos setores de energia, transportes e comunicações”. (CARDOSO JUNIOR apud SILVA, 2019, p. 94).

¹⁵A UNASUL foi criada pelos presidentes da América do Sul em 2008 como um espaço de articulação e diálogo político de alto nível. Após alguns anos inativa, foi reativada em 2023, porém se a participação dos doze países da região.

¹⁶Na Terceira Reunião da UNASUL (Quito, agosto de 2009) os Presidentes sul-americanos decidiram a criação, nesse âmbito institucional, do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan). [...]De acordo com seu Estatuto, o Cosiplan é uma instância de discussão política e estratégica [...]para implementar a integração da infraestrutura regional dos países Membros da UNASUL”. (UNASUR, 2011, p. 7).

¹⁷“Na multipolaridade benigna, o sistema internacional se enriquece com a existência de múltiplos polos de poder e distintas perspectivas. Um maior número de atores participa dos processos de tomada de decisão, aprimorando a representatividade dos mecanismos de gestão da governança global”. (AMORIM, 2011, p. 265).

¹⁸ Segundo Vlach (2003, p. 1) (referindo-se ao Livro de Mário Travassos publicado em 1935), “De fato, o livro não se limita a uma análise geográfica da América do Sul; na verdade, o autor faz essa análise para situar a posição política do Brasil na América meridional. Assim, a dimensão e a localização do território brasileiro, por si sós, sugerem o ‘papel coordenador’ do Brasil nessa região”.

geográfico no subcontinente. Tudo isso vai ao encontro do enunciado mackinderiano de que alianças podem trazer como consequência a projeção de poder. No caso brasileiro, a chave para isso, como visto, está nos citados fóruns multilaterais regionais.

No campo internacional, o BRICS é um arranjo que traz em si controvérsias, como também abre oportunidades para o país. Ramalho (2012, p. 96), referindo-se ao campo político, cita casos nos quais este grupo atuou de forma conjunta e articulada. No entanto, afirma que os seus integrantes atuam com pragmatismo e somente atuam conjuntamente quando isso lhes convém. Já para Andrade (2012, p. 135-136), o citado fórum oferece oportunidades em termos comerciais e investimento no Brasil, ainda que necessite de ajustes.

A última tese de Mackinder versa sobre o equilíbrio de poder. Como visto, em 1943, o geógrafo inglês afirmou que uma união entre EUA, Inglaterra e França equilibraria o poder do *Heartland*. O Atlântico Norte seria o limite entre o poder marítimo e o terrestre. No caso brasileiro, a conjuntura é bem mais complexa. O Brasil é um Estado anfíbio e não existe, especificamente, um poder terrestre com o qual rivalizar. Contudo, é possível estabelecer um paralelo.

Para tanto, inicialmente, é conveniente observar as características da posição do litoral brasileiro. Ele possui um perímetro de 7000 km que se alonga no sentido norte e sul do Atlântico, o que propicia a instalação de inúmeros portos, pelos quais se realiza 90% do comércio do país. Em termos estratégicos, localiza-se em uma posição de grande proximidade com a África, distando do citado continente cerca de 3000 km. As ilhas de Trindade e Fernando de Noronha constituem bases operacionais naturais que proporcionam segurança para a navegação de cabotagem e as linhas de comunicação marítima (CASTRO, 1985 apud PENHA, 2012, p. 118). Ademais, o Brasil detém a chamada Amazônia Azul, repleta de riquezas (minerais e biológicas), que corresponde a uma área de 4.500.000 km² (similar em tamanho à Floresta Amazônica). Dessa forma, necessita possuir um poder marítimo forte para “dissuadir ameaças” advindas da “exploração predatória” e de interesses internacionais (PENHA, 2012, p. 118).

Já foi visto a limitação do poder naval brasileiro para fazer frente à toda a miríade de atribuições para defender o litoral e dissuadir ameaças. Soma-se a isso, uma forte presença dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha¹⁹, ambos os países são potências marítimas, no Atlântico Sul (PENHA, 2012, p. 124).

¹⁹A presença da Grã-Bretanha acentua a permanência do quadro colonial remanescente da *pax britannica*, graças à posse das ilhas meso-oceânicas (Tristão da Cunha, Ascensão e Santa Helena) e peri-antárticas (Shetlands, Geórgia, Gough e Sandwich) além das Ilhas Malvinas, que é uma variável estratégica chave para o quadro geopolítico do Atlântico Sul”. (PENHA, 2012, p. 124).

Assim, como estratégia para manter seus interesses no Atlântico o Brasil adotou uma política de aproximação com a África:

De modo geral, a política africana foi uma clara demonstração da capacidade governamental de manter um projeto de longo prazo, com ganhos significativos para o país, que se tornou uma das principais lideranças do Terceiro Mundo, em sua luta para “descongelar” o poder mundial e democratizar as relações internacionais. No Atlântico Sul, os ganhos diplomáticos foram a sua transformação em zona de paz e cooperação, em substituição à perspectiva de militarização, constituídos e na maior conquista da política africana do Brasil. (SARAIVA, 1996, p. 215 apud PENHA 2012, p. 122).

Interpretando essa ação brasileira, sob a égide da teoria de Mackinder, a formulação da ZOPACAS foi uma alternativa encontrada para se construir o equilíbrio no Atlântico Sul, congregando África e América do Sul em uma tentativa de equilibrar o poder militar americano e europeu, ou seja, contrabalançar o *Hard Power* pelo *Soft Power*²⁰.

Ainda, observando a inserção internacional brasileira sob o prisma do equilíbrio do poder, verifica-se que a iniciativa de se formalizar a OTCA, a IIRSA e o Mercosul pode ser interpretada como uma forma de o Brasil buscar maior cooperação e fortalecimento da unidade geopolítica no continente, a fim de se contrapor aos interesses estratégicos de potências extrarregionais, dentre elas, EUA e países da União Europeia (UE).

A OTCA, nessa conjuntura, amplifica o poder de barganha haja vista a possibilidade de negociação em condomínio, envolvendo oito países amazônicos. Da mesma forma, a IIRSA e o Mercosul são composições que visam equilibrar o poder nacional frente à UE e à ação comercial americana (BECKER, 2004).

O BRICS é importante para o Brasil posto que o grupo vem buscando se legitimar, promovendo ações para que haja maior distribuição de poder, ainda que no contexto conservador da ordem mundial: “Trata-se de buscar uma mudança na ordem, mais do que uma mudança da ordem internacional”. (RAMALHO, 2012, p. 97).

Considerações Finais

O presente trabalho teve como problema de pesquisa o desafio de analisar em que medida o pensamento geopolítico de Mackinder pode ser aplicado para interpretar a ordem mundial vigente e a atuação geopolítica do Brasil no sistema internacional.

Assim, as suas teses foram resumidas, para fins de alcançar os objetivos desse trabalho em três eixos norteadores. O primeiro foi a importância dos fatores geográficos

²⁰“*Soft power*” no original em inglês. Termo cunhado pelo cientista político Joseph S. Nye Jr. no início dos anos 1990 para denominar os recursos ideológicos, morais ou culturais que permitem que influência seja exercida sem recurso à coerção ou a incentivos econômicos característicos do exercício do poder bruto, ou *hard power*.” (KISSINGER, 2015, p. 30).

na configuração do poder. O segundo, relaciona-se ao despertar desse potencial geográfico pela transformação do espaço, por meio da ação estatal em sua base territorial ou no plano internacional, por meio da tecnologia. O último eixo apresentado foi o equilíbrio de poder.

A partir desses três pontos apresentou-se um estudo com a finalidade de resgatar as teses mackinderianas. Apurou-se que os três enunciados, que são parte da teoria de Mackinder, são consistentes, em que pese o determinismo geográfico presente em suas premissas e a visão vestfaliana de segurança e de equilíbrio, que não leva em consideração outros atores, apenas a atuação do Estado na configuração de poder.

Já na parte final, debruçou-se sobre a realidade brasileira à luz de tais eixos norteadores, verificando-se que, por um lado, o Brasil é um país continental e por isso tem grande potencial geopolítico decorrente de sua geografia física e de sua posição na América do Sul. Por outro, precisa superar entraves e converter toda essa potencialidade em realidade, construindo pontes seguras e robustas que possam sustentar a sua atuação no concerto das nações, quer seja no âmbito regional ou no internacional.

No caso do primeiro nível citado, que inclui o entorno estratégico oriental (Atlântico Sul e África), isso significa edificar um ambiente no qual predomine a confiança mútua e o espírito de colaboração para o desenvolvimento, tanto no campo político quanto na instância econômica. Nesse caso, o Brasil deve ser identificado como um organizador regional com capacidade de articulação para estimular o desenvolvimento econômico, promover a segurança, a permanência da paz para todos os países envolvidos nesses fóruns e, por meio deles, o equilíbrio de poder. Nesse cenário, os arranjos e projetos regionais, como é o caso da OTCA, da IIRSA (Cosiplan), do Mercosul e da ZOPACAS contribuem sobremaneira.

No caso do segundo, a relação com o BRICS oferece oportunidade de aumento das relações comerciais e parcerias de pesquisa e desenvolvimento. Por conseguinte, representam uma inserção mundial brasileira por meio do comércio internacional e tecnologia.

Por fim, confirmou-se a hipótese formulada no início do trabalho de que “provavelmente o pensamento do geógrafo britânico não está de todo ultrapassado pelas realidades emergentes do pós-Guerra Fria.” (MELLO, 1999, p. 24). Interpretando a atuação do Brasil no cenário mundial, verifica-se que o país tem grande importância dado às suas dimensões geográficas, porém, não conseguiu encontrar uma rota de desenvolvimento compatível com essa grandeza. Contudo, as ideias de Mackinder

sugerem caminhos que podem ser seguidos para se aperfeiçoar as ações desencadeadas pelo Estado brasileiro, com vista a incrementar a sua inserção no sistema internacional.

Referências

AMORIM, Celso. Uma visão brasileira do panorama estratégico global. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 265-275, jul./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8529201100020000. Acesso em: 09 ago. 2020.

ANDRADE, Alisson Braga de; DOMINGUES, Gustavo Cupertino; BAPTISTA NETO, João Augusto. O Brasil, os demais BRICS e a agenda do setor Privado. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, p. 127-138, 2012. Disponível em: <https://geovest.files.wordpress.com/2015/06/brasil-e-os-brics-na-agenda-internacional.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BECKER, Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. In: Conferência do Mês proferida pela autora em 27 abril de 2004. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP v. 19, n. 53, 2005. p. 71-86. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 27 set. 2020.

CASSIOLATO, José Eduardo. As políticas de ciência, tecnologia e inovação na china. **Boletim de Economia e Política Internacional**. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3928>. Acesso em: 20 set. 2020

COSTA, Wanderley Messias da. Crise da integração e tendências geopolíticas na América do Sul. In: COSTA, Wanderley Messias da (org.) VASCONCELOS, Daniel Bruno (org.). **Geografia e Geopolítica da América do Sul**. Integrações e Conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. p.16 -34. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/340/299/1251>. Acesso em: 10 set. 2020

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geografia**: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. 352 p.

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, out. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/6107>. Acesso em: 07 Set. 2020.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. A geopolítica clássica revisitada. **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 105, 2.ª Série, p. 221-244. Verão, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/1395>-acesso em: 16 jul. 2020.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. Da geopolítica clássica à geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade. **Política Internacional**, n. 26, p. 01-25, outono-inverno, 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/gepoliticasPessJNeto.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HONÓRIO, Karen. Observatório de Regionalismo. **IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana**. 10 abr. 2017. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/glossary/iniciativa-para-a-integracao-da-infraestrutura-regional-sulamericana-iirsa/>. Acesso em: 06 set. 2020.

KEARNS, gerry. **Geopolitics and Empire: the legacy Halford of Mackinder**. New York: Oxford University Press Inc, 2009. ISBN 978-0-19-923011-2.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Tradução Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LIMA, Alonso Guilherme Soares. A História Comparada: Potencialidades e Limitações. **História Social**. Campinas, n. 13, p. 23-37, 2007. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/208/200>. Acesso em: 05 ago. 2020.

MACKINDER, Halford J. **Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction**. Washington, DC: NDU Press defense classic edition, 1996 [Cópia original 1942]. 213 p. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/139619/1942_democratic_ideals_reality.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

MACKINDER, Halford J. El pivote geográfico de la historia. **Geopolítica(s)**: revista de estudios sobre espacio y poder. Madrid, v.1, n. 2, p. 301-319, 2010. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/3633>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MARTINS, Raúl François. Geopolítica e geoestratégia: o que são, para que servem. **Nação e Defesa**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 78, p. 21 -78, abr./jun.1996. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1585>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem Medo de Geopolítica**. São Paulo: Hucitec, Edusp.1999. 238 p. ISBN 852710493-8.

MLADINEO. Stephen V. Prefácio. In: MACKINDER, Halford J. **Democratic ideals and reality : a study in the politics of reconstruction**. Washington, DC: NDU Press defense classic edition, p, xvii-xxii [Cópia original 1942]. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/139619/1942_democratic_ideals_reality.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

PENHA, Eli Alves. **A Fronteira Oriental Brasileira e os Desafios da Segurança Regional no Atlântico Sul**. Disponível em: http://www.enabed2016.abedef.org/resources/download/1403020747_ARQUIVO_PE_NHA,EliAlves.AFronteiraOrientalBrasileiraeosDesafiosdaSegurancaRegionalnoAtlanticoSul.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

RAMALHO, Antônio Jorge. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional: ceticismo, intersecções e oportunidades. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, p. 87 – 100, 2012. Disponível em: <https://geovest.files.wordpress.com/2015/06/brasil-e-os-brics-na-agenda-internacional.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Política de defesa e segurança do Brasil no século XXI: um esboço histórico. In: MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (org.). **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. Rio de Janeiro: Ipea, 346 p. 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15955. Acesso em: 10 set. 2020.

SILVA, Simone Affonso da. Crise da integração e tendências geopolíticas na América do Sul. In: Costa, Wanderley Messias da (org.) Vasconcelos, Daniel Bruno (org.) **Geografia e Geopolítica da América do Sul Integrações e Conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, p.82-104, 2019. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/340/299/1251>. Acesso em: 10 set. 2020.

UNASUR. **Agenda de Projetos Prioritários de Integração**. nov. 2011. Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/api_agenda_de_projetos_port.pdf. Acesso em: 06 set. 2020.

VLACH, Vania Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis**: Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. 4 – 5, 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/359>. Acesso em: 06 set. 2020.

Recebido em 17.09.2023.

Publicado em 29.12.2023.